

O COMÉRCIO DE CARBONO E A INDUSTRIALIZAÇÃO DE PAISAGENS. BIOENERGIA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Klemens Laschefski

Introdução

Desde os anos 1960, quando foi implementado o programa Proalcool, introduzindo em larga escala o etanol derivado da cana-de-açúcar, o Brasil é considerado pioneiro em promover a chamada bioenergia. Nos últimos anos, pode-se observar a retomada desse programa e também a formulação de políticas públicas para estimular a produção de biodiesel e carvão vegetal como energias renováveis. O resultado reflete-se na expansão acelerada de cultivos de cana-de-açúcar, mamona, soja, eucalipto, entre outros.

Um outro incentivo para o investimento em alternativas energéticas é o “mercado de carbono”, criado no âmbito do Protocolo de Quioto, em vigor desde fevereiro de 2005.¹ Um instrumento específico nesse contexto é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, que abre a possibilidade para os países industrializados investirem em projetos nos países em desenvolvimento, contribuindo, assim, para a redução de

1 O Protocolo de Quioto foi elaborado em 1997, no processo *follow-up* da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, iniciado 1992 durante a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro. O acordo prevê a criação dos chamados “mecanismos flexíveis” que permitem a comercialização de equivalentes da redução de emissões de CO₂ – os CER’s.

CO² na atmosfera. Contudo, as experiências com o programa Proalcool mostram que a expansão de áreas para a produção de cana-de-açúcar foi acompanhada de graves problemas ambientais e sociais (Hirsch, et ali., 2002). Na tentativa de evitar tais problemas, está prevista uma avaliação dos projetos do MDL ante critérios de “sustentabilidade”, assunto que ainda causa muitas polêmicas.

Este trabalho trata as constelações de poder no “campo político do Protocolo de Quioto” nos níveis global e nacional. As consequências no local serão investigadas a partir de um projeto piloto no âmbito do mercado de carbono proposto pela Plantar S. A., uma empresa em Minas Gerais que produz carvão vegetal como combustível renovável para a siderurgia. A análise baseia-se em abordagens teóricas da Ecologia Política combinadas com o conceito de produção do espaço a partir de Henri Lefèbvre e o conceito de campo de Pierre Bourdieu.

Considerações teóricas

Após o surgimento dos problemas ambientais com abrangência internacional nos anos 1960, emergiram diversos movimentos sociais questionando a crescente alienação da moderna sociedade industrial em relação à natureza. A crítica ambiental não somente ganhou relevância na política internacional, por exemplo, nas conferências sobre desenvolvimento e meio ambiente, em Estocolmo-1972 e no Rio-1992, mas também influenciou debates epistemológicos no campo da ciência. Entre as abordagens elaboradas em diversas disciplinas acadêmicas que se esforçam em recuperar a imbricação entre natureza e cultura destaca-se a Ecologia Política (Zhourì et ali., 2005, p.13). Os autores pertencentes a essa corrente de pensamento rejeitam a idéia da natureza como ambiente “neutro”. Segundo eles, a degradação ambiental como resultado da interação dos diversos atores com o meio ambiente físico são processos políticos que, além de influenciarem a situação econômica de forma positiva ou negativa, refletem também mudanças nas relações de poder dos envolvidos. Uma tentativa de sistematizar os elementos básicos das várias linhas de pensamento no âmbito da ecologia política foi apresentada por Bryant & Bailey (1997). Segundo os autores, a Ecologia Política

destaca o meio ambiente politizado (*politicised environment*), em que os atores exercem poder não apenas através dos direitos de propriedade sobre o meio ambiente ou da transferência de impactos ambientais aos outros atores, mas também o exercem pelo acesso e controle relativos ao capital humano e financeiro, a influência no planejamento de projetos ambientais e através de meios discursivos.

Os autores alegam que também atores mais fracos têm oportunidades de exercer poder, sobretudo com base no conhecimento local e na criação de redes, assim como através da elaboração de um contradiscurso, questionando a legitimidade de atores mais poderosos (Bryant & Bailey, 1997, p.39-46). Desta forma, a ecologia política preocupa-se com os problemas ambientais no contexto sociopolítico, focalizando os “atores ambientais” e os seus interesses específicos. A análise inclui as interdependências e divergências entre os atores, nos diferentes níveis global-local, assim como as diferentes racionalidades que orientam suas ações e, finalmente, os impactos de tais ações na configuração do meio ambiente. A análise inclui as mudanças da história ambiental do local e a identificação dos vencedores e perdedores de conflitos sobre a utilização recursos.

As mudanças se refletem na história ambiental no local, para identificar os conflitos sobre a utilização dos recursos. Acselrad definiu tais “conflitos ambientais” como

... aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis,... decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (2004, p.26)

Nessa definição está apontada claramente a questão territorial ou espacial como resultado da relação entre poder e meio ambiente. A partir daí, é possível associar a Ecologia Política ao conceito de produção do espaço na perspectiva de Lefèbvre (1991). Em analogia à ecologia política, o autor não aceita a visão do espaço como algo neutro ou imutável, um vazio em que se espalham coisas ou objetos. Pelo contrário, cada sociedade produz social e politicamente o seu próprio espaço. Dife-

rentemente de Karl Marx, Lefèbvre viu, no auge da flexibilização dos processos produtivos nas indústrias fordistas, o potencial revolucionário das lutas sociais no espaço urbano pós-industrial, para além das relações sociais entre capitalistas e trabalhadores.

Em relação à produção do espaço no capitalismo, Lefèbvre apresenta as diferenças entre o espaço abstrato e hierárquico daqueles que pretendem organizar e controlar a sociedade – os regentes políticos, os interesses econômicos e os planejadores – e o espaço concreto como o resultado da “praxe espacial” ou da experiência cotidiana. O último se materializa através das ações de todos os membros da sociedade, incluindo os dominantes.

O espaço abstrato é resultado do avanço do capitalismo, que se reflete, por um lado, na tendência dominante de homogeneização do espaço pela subordinação deste ao valor de troca e dos mecanismos do mercado como um todo, tornando-o substituível como qualquer outra mercadoria. Por outro lado, como consequência da comercialização, há uma fragmentação do espaço no nível local em lotes ou parcelas de propriedade privada, os quais são negociados com base nas regras da renda fundiária e da especulação. Desta forma, segundo Lefèbvre, o espaço do capitalismo torna-se cada vez mais alienado.

Porém, mesmo nas sociedades capitalistas, o uso do espaço está longe de ser um produto da “mão invisível” do Mercado, mas é constituído pela superposição de conhecimento e de poder dos dominantes, ou seja, dos atores econômicos e do Estado na sua função de facilitador do desenvolvimento econômico. Isso porque o espaço, além de ser produto ou mercadoria, é também meio de produção, constituindo uma contradição inerente do capitalismo que resulta na necessidade de ordenamento do espaço pelos poderes públicos. A regulação política determina o destino de áreas para a produção agrícola ou expansão urbana, ou quais as áreas mantidas públicas ou para fins da preservação da cultura ou da natureza etc. Tais decisões não se baseiam somente na configuração física do espaço, mas também na disponibilidade de técnicas e de controle do uso, além da legislação e certas visões de manejo. Acontece também que as forças do próprio mercado ameaçam o sucesso do controle político do espaço, quando o valor da referida área depende de características específicas, como em regiões destinadas ao turismo (Lefèbvre, 1991).

Conseqüentemente, não é possível integrar, no espaço abstrato – quantificável, planejável e substituível – do ideal da industrialização capitalista, os aspectos qualitativos, ou seja, não-capitalistas, baseados em valores de uso. No espaço social concreto caracterizado pela transformação permanente há sempre a tendência para ultrapassar os limites formais e das formas regulamentadas do espaço abstrato concebido pelos atores dominantes. Isso ocorre quando moradores lutam contra uma rodovia, novos loteamentos ou reivindicam mais áreas abertas destinadas ao lazer ou outras atividades da comunidade. Assim, os espaços não-capitalistas configuram contra-espços aos espaços especializados do capitalismo, enfrentando a localização restrita de função, a rentabilidade industrial e a expansão ilimitada do “privado”.

A partir dessas reflexões, Lefèbvre apresentou uma tríade conceitual como base da “produção social e política do espaço”: o espaço na prática (o espaço real, usado); a representação do espaço (o espaço planejado, burocrático, abstrato e representado em mapas); e, finalmente, o espaço de representação (o espaço produzido e modificado no tempo é, através do uso, carregado de símbolos e significados, o espaço real e imaginado):

Quadro 1: O esquema do espaço de acordo com Henri Lefèbvre

1	Prática espacial	l'espace perçu percebido	físico	Materialismo
2	Representações do espaço	l'espace conçu concebido	mental	Idealismo
3	Espaços da representação	l'espace vécu vivido	social	Materialismo e Idealismo

Fonte: Elden (2003, p.30), tradução própria.

Cabe destacar, nesse contexto, o papel central dos planejadores e a sua concepção de espaço representada nos seus escritos e mapas. Trata-se, geralmente, de uma abstração do cotidiano. Quando, ao executar seus planos, eles projetam essa concepção no espaço vivido, tornando a “abstração” como algo concreto, há uma “... dupla substituição, dupla negação que estabelece uma afirmação ilusória: o retorno à vida ‘real’” (Lefèbvre, 1999, p.167).

No geral, em estados capitalistas, o planejamento centralizado concebe o espaço abstrato para equilibrar a heterogeneidade do espaço

concreto através da absorção dos meios de produção não-capitalista. Conseqüentemente, segundo Lefèbvre, a única possibilidade para a reintegração de um certo pluralismo no estado centralizado é o desafio do poder central através dos “poderes locais”, juntando forças locais e regionais para criar, fortalecer e, até um certo grau, administrar unidades territoriais (Lefèbvre, 1991, p.381-2).

Quando Lefèbvre desenvolveu sua teoria sobre a produção do espaço, havia ainda à época uma separação nítida entre os papéis do Estado, do setor privado e da sociedade civil. Contudo, as últimas três décadas foram marcadas por diversas mudanças no contexto de transformações em escala global que incluíram o fim da Guerra fria, o declínio do socialismo real e o incremento da globalização. Em conseqüência, as instituições internacionais como a Organização Mundial do Comércio – OMC, o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas – ONU foram fortalecidas nas suas funções para regular a intensificação de processos que ultrapassam os limites dos Estados-Nação, sejam eles econômicos, sociais ou ambientais. Porém, os órgãos internacionais carecem da “legitimidade democrática” como os governos eleitos nas “democracias dos partidos”, cuja abrangência se limita aos territórios das Nações (Altvater, 1999). Com o agravamento de problemas sociais e ambientais globais cresceu também a pressão para considerar outras demandas além das econômicas. A resposta para tais problemas é a criação de estruturas para uma “governança global” em que a chamada sociedade civil está representada por ONGs – Organizações não-Governamentais. (Magnussen, 1997, Altvater, 1999; Keil, Brenner, 2003; Braunmühl & Winterfeld, 2005).

A tendência de experimentar formas participativas na elaboração de políticas públicas intensificou-se, sobretudo, a partir da Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em 1992, quando foi internacionalmente reconhecida a noção do desenvolvimento sustentável. O objetivo dessa política é a conciliação dos “interesses” econômicos, sociais e ambientais para alcançar um “consenso” sobre o caminho para uma sociedade sustentável. Podemos entender esses conselhos como novas formas de “gestão” do espaço, em que, pelo menos na teoria, há a possibilidade da defesa de modos de produção não-capitalistas nos “espaços diferenciais” numa

arena política formalizada e, assim, um certo retrocesso do Estado como poder dominante na determinação de condicionantes na organização do espaço. Porém, abrem-se novos campos de jogos de poder, constituindo desafios teóricos a respeito da transformação dos problemas ambientais e sociais em “interesses” negociáveis, a representação desses últimos, os discursos e as estratégias dos atores envolvidos, as hierarquias criadas. As relações e alianças entre os atores resultam frequentemente na sobreposição de posicionamentos, dificultando, assim, a correlação dos diversos discursos a determinados grupos de atores.

Os conselhos participativos, entretanto, configuram ‘campos sociais’, definidos pelo sociólogo francês Bourdieu como *loci* onde “... se trava uma luta concorrencial entre atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão” (Ortiz, 1983, p.9). Nesse, se manifestam às relações de poder a partir do “capital social” que determina o renome e a posição dos integrantes do campo.² Assim, é possível diferenciar atores dominantes, ou aqueles que possuem um máximo de capital social, e atores dominados, caracterizados pela ausência ou raridade do capital social específico.

Porém, o campo é uma estrutura dinâmica em que os integrantes podem ganhar ou perder o seu capital social e, conseqüentemente, subir ou descer na hierarquia. Cada campo, por si mesmo, está produzindo capital social e um *habitus*, o último entendido como um sistema de disposições duráveis que configuram a matriz de percepções, de apreciações e de ações, que se realiza em determinadas condições sociais. O *habitus* é um certo modo de os agentes se apresentarem, comportarem e relacionarem entre si, que funciona

2 Bourdieu entende como capital a acumulação do trabalho, que abrange, além do capital econômico (todas as riquezas materiais), o capital cultural (o que pode ser materializado em livros, obras de arte, instrumentos técnicos ou incorporados através de várias formas de conhecimento e habilidades culturais e institucionalizado na forma de graus, títulos acadêmicos etc.) e o capital social (utilização de uma rede de relações mais ou menos institucionalizadas do conhecimento e reconhecimento mútuos). A partir dessas diversas formas de capital, compõe-se o capital específico ou simbólico – reconhecido como legítimo (*prestige, renommée*) – necessário para adquirir o direito de entrada e para se posicionar na hierarquia do referido campo.

... como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem produto da ação organizadora de um maestro. (Bourdieu, 1972, apud Ortiz, 1983, p.15)

Desta forma, o *habitus* determina – em parte inconscientemente – as ações dos agentes e o *modus operandi* no referido campo.

Assim, o campo delimita uma arena conflitiva, em que os agentes disputam o poder e seu posicionamento na hierarquia deste, embora todos compartilhem certos pressupostos comuns que ordenam o seu funcionamento. Os agentes do pólo dominante, através de suas práticas ortodoxas, pretendem conservar intacto o seu capital social acumulado, enquanto os dominados tendem, através das suas estratégias de “subversão”, a desacreditar os detentores reais de um capital legítimo, porém, sem que se contestem os princípios que regem a estruturação do campo. Bourdieu introduziu a noção de doxa para esse conjunto de pressupostos aquém de qualquer discussão que os antagonistas da ortodoxia e heterodoxia compartilham e admitem tacitamente. Trata-se do fundo necessário para o funcionamento do campo em que dominantes e dominados agem como adversários cúmplices, que através do confronto permanente delimitam o campo legítimo da discussão. Assim, a estratégia herética da heterodoxia funciona como reforço da ordem do campo em questão “... porque sua oposição implica o reconhecimento dos interesses que estão em jogo” (Bourdieu, 1975, p.32).

Nesse contexto, Bourdieu chama atenção para o “arbitrário social” englobado ao sistema de pressupostos constitutivos da doxa, p. e., através da imposição de “verdades oficiais” (isto é, arbitrária, e não reconhecida enquanto tal) de um arbitrário oficial exprimindo o interesse específico dos dominantes:

A questão que assim se coloca é a do grau de arbitrário social da crença que o funcionamento do campo produz e que é a condição de seu funcionamento ou, o que dá no mesmo, a questão do grau de autonomia do campo

(em relação, primeiro, à demanda social da classe dominante) e das condições sociais, internas e externas, dessa autonomia. (Bourdieu, 1976, reproduzido em Ortiz, 1983, p.146)

Em outras palavras, a legitimidade de certas “verdades” ou crenças produzidas pela ortodoxia dentro do campo e comunicado para fora depende menos do seu fundamento argumentativo comprovando a sua “validade”, do que do capital específico e simbólico, ou seja, do poder acumulado pelos seus protagonistas e do reconhecimento do campo como um todo pela sociedade.

Bourdieu (1976) oferece, com os conceitos citados acima, a nosso ver, um instrumentário apropriado para a análise dos novos fóruns participativos que podem ser entendidos como campos artificialmente criados em que os diversos grupos de interesse lutam pelo poder, pela dominação da doxa e pela opinião hegemônica divulgada pelo referido campo. No caso de questões territoriais, interessam quais as concepções de espaço embutidas na doxa. Dessa forma espera-se que uma análise a partir do conceito de espaço de Lefèbvre e do conceito de campo de Bourdieu possa enriquecer abordagens da Ecologia Política que focalizam a questão do poder em relação aos conflitos ambientais.

O campo político do Protocolo de Quioto

O aqui denominado “campo político do Protocolo de Quioto” é caracterizado por uma estrutura típica no âmbito das políticas públicas participativas no nível internacional, envolvendo, além dos representantes dos estados, ONGs, pesquisadores e o setor privado. Oficialmente, de um total de 167 partes, ratificaram o Protocolo 84 nações. Entre elas, 41 são países industriais listados no anexo I³, os quais se comprometeram a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa – GEE. Além das delegações governamentais, participam das negociações observadores de várias unidades das Nações Unidas e de aproximadamente 50 organizações intergovernamentais (como a OECD e a International Energy Agency).

3 A lista completa e atualizada esta disponível em: <http://unfccc.int>

Finalmente cabe destacar as 747 ONGs admitidas pelo conselho executivo, representando os setores comercial e industrial, grupos ambientalistas, governos municipais, instituições de pesquisa, sindicatos, entre outros.

Contudo, como as ONGs possuem apenas o *status* de observadoras, as suas possibilidades de influência são limitadas, com exceção das ONGs comerciais, que foram especialmente criadas no âmbito da Conferência das Partes sobre Mudança do Clima. Um exemplo é a International Emissions Trading Association – IETA, cuja diretoria é composta por representantes da Alcan Aluminum, da Barclay's Bank e Shell Oil, Toyota, BP, e Norsk Hydro. A ONG que representa mais de 100 empresas tem as suas raízes no World Business Council for Sustainable Development e participa de quase todos os grupos de trabalho em que são discutidos os detalhes para a implementação do protocolo (Tokar, 2006). A representação brasileira na IETA e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, conta entre seus membros com as empresas mais influentes no país.⁴ Como poucas entidades ambientais e sociais têm recursos suficientes para delegar observadores permanentes para acompanhar todos os processos no âmbito do Protocolo de Quioto, verifica-se assim um certo desequilíbrio no campo.

Mais importante no contexto deste trabalho são as constelações políticas no nível nacional que auxiliam o governo brasileiro em relação ao Protocolo de Quioto. Neste contexto destaca-se o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas – FBMC, criado pelo Decreto n. 3.515, de 20 de junho de 2000, com o objetivo

... de conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão e tomada de posição sobre os problemas decorrentes da mudança do clima por gases de efeito estufa, bem como sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM).

4 Em relação às atividades no âmbito do MDL destacam-se a Petrobras, a Companhia de Vale do Rio Doce, a Eletronuclear, a Cemig, a Aracruz Celulose S.A., a BM&F, a Cemig – Cia. de Energia de Minas Gerais, a Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, Petrobras, Plantar S.A., a Única - União da Agroindústria Canaveira do Estado de São Paulo. A lista completa está disponível em: <http://www.cebds.org.br>

O FBMC tem como objetivo auxiliar o governo na incorporação das questões sobre mudanças climáticas nas diversas etapas das políticas públicas. O que se observa no FBMC, além da forte representação do Poder Público, é a dominação pelo setor produtivo-industrial que abrange não apenas sete representantes do setor privado como as associações de diversas indústrias⁵. No setor público, há seis representantes de empresas estatais (Petrobras, Eletrobras e da Operação Nacional do Setor Elétrico-ONS). Além disso, dos 13 representantes das ONGs, quatro são de associações empresarias: dois da já mencionada CEBDS e dois da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável - FBDS⁶. Desta forma, de um total de 70 membros, somente cinco representam ONGs ambientais e sociais, enquanto o setor produtivo-industrial é representado por 18 membros.

Contudo, essa constelação formal da distribuição de poder ainda não esclarece como os diversos interesses se refletem no conteúdo e nas ações concretas concordados no campo. Afinal, cabe lembrar que os assinantes do Protocolo de Quioto concordaram que os projetos do MDL devem estimular o desenvolvimento sustentável, considerando igualmente os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Além disso, deve-se procurar o consenso entre os diversos interesses, o que significa, na prática, que a maioria dos representantes não pode simplesmente impor os seus interesses aos demais integrantes do campo. Conseqüentemente, é no “jogo” da negociação que o campo estrutura as relações de poder entre os envolvidos.

No caso do campo do Protocolo de Quioto, o tema principal das negociações são os critérios utilizados para a avaliação da sustentabilidade dos projetos, já que ainda não existe uma definição única em

5 O FBMC é composto por 12 ministros de Estado, outros 12 representantes de Estado, seis de empresas estatais, 22 de instituições científicas, sendo 11 da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia - Coppe/UFRJ, sete do setor privado e 11 de personalidades e representantes da sociedade civil. A lista dos participantes do FBMC está disponível em: <http://www.forumclima.org.br>.

6 Entre os membros destacam-se os plantadores de monoculturas florestais: Aracruz Celulose S.A., Companhia do Jari, Companhia Suzano de Papel e Celulose, Klabin Fabricadora de Papel e Celulose, Mannesmann S.A., Ripasa S.A., Papel e Celulose S.A., Veracruz Florestal Ltda., Votorantim Celulose e Papel S.A.

relação ao termo desenvolvimento sustentável. As negociações no campo tornam-se, primordialmente, sobre os critérios utilizados na avaliação dos projetos, já como ainda não existe uma definição e metodologia sistemática em relação ao termo desenvolvimento sustentável. Há apenas tentativas de elaborar listagens (*checklists*) de indicadores para avaliar os benefícios para o desenvolvimento sustentável (*sustainable development benefits*), que se pretende aplicar de forma generalizada para todos os projetos e países (HUQ, 2002). Alguns dos principais indicadores são apresentadas no Quadro 2.

Uma oportunidade para conhecer melhor as discussões do campo sobre a questão da sustentabilidade em relação às alternativas energéticas abriu-se em dezembro 2005, durante um seminário sobre bioenergia, em Campinas⁷. Durante o evento, foram, além dos indicadores supracitados, discutidos assuntos conflitivos em relação à vulnerabilidade dos mais pobres, a questão da distribuição da terra, a adequação de técnicas ao meio ambiente local, a pressão sobre ecossistemas naturais e áreas de populações tradicionais ou indígenas causada pela rápida expansão dos cultivos para a bioenergia, a integração de pequenos produtores, entre outros.

Quadro 2: Indicadores para o desenvolvimento sustentável em diferentes níveis

Dimensão	Global	Nacional	Local (Projeto)
Econômica	PIB (Produto Interno Bruto) PIB/per capita	Comércio Impostos	Emprego Mobilização de investimentos em áreas rurais Melhoramento da infra-estrutura Novas técnicas
Ambiental	GEE (Gases de Efeito Estufa) Biodiversidade	Biodiversidade Qualidade do ar Qualidade da água	Qualidade do ar local Qualidade da água local. Outros aspectos físicos (fertilidade dos solos, erosão) Proteção de ecossistemas, recuperação de áreas degradadas

7 Workshop and Business Forum on Sustainable Biomass Production for the World Market, Task 40 Sustainable Bio-energy Trade; securing Supply and demand. Organizado pela IEA – International Energy Agency – Task 40 e Unicamp, 30/11 a 3/12/2005 ver: <http://www.fairbiotrade.org>.

Dimensão	Global	Nacional	Local (Projeto)
Social	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	Emprego Redução da pobreza	Saúde Participação comunitária Capacitação Independência energética Acesso a serviços sociais Melhoramento da qualidade de vida

Fonte: HUQ (2002), Best & Rose (2005), traduzido e modificado pelo do autor.

Quase todos os participantes destacaram como prioridade do desenvolvimento rural o combate à pobreza. Neste sentido, são bem-vindas as propostas como o Programa Biodiesel do Brasil, que visa explicitamente ao fortalecimento da agricultura familiar⁸. Contudo, tendo em vista o rápido crescimento da demanda para biocombustíveis, prevaleceu a opinião de que é necessária a produção em larga escala. Nesse contexto, foi confirmada a liderança do Brasil devido a sua experiência com a produção de álcool e de carvão vegetal.

Importante para a consolidação da doxa foi a solicitação de alguns participantes de um certo “pragmatismo” na elaboração dos critérios de sustentabilidade, para não colocar em risco essa chance única de negócios que está se abrindo com o mercado dos biocombustíveis. Na ocasião, uma representante da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) afirmou que a “sustentabilidade deve ser movida pelo mercado” (“sustainability has to be market driven”). Em relação a este tema foi destacada a importância de esquemas de certificação para o mercado da biomassa, que são exercidos por “entidades independentes” com “critérios internacionalmente reconhecidos”.

O exemplo citado foi o do Forest Stewardship Council – FSC (Conselho de Manejo Florestal), um esquema de certificação para o manejo sustentado de florestas, que já atua nas áreas das plantações de eucalipto para a produção de carvão vegetal. O FSC é responsável pela definição de um conjunto de diretrizes globais para a classificação de florestas como “bem manejadas”. Esses princípios e critérios abrangem aspectos

8 O programa biodiesel intensiva a produção de combustível a partir de mamona e dendê.

A partir de 2008 é obrigatória a adição de 2% de biodiesel ao diesel comum, o que deve aumentar a 5% em 2013.

da conservação de florestas, assim como os direitos sociais, humanos, políticos e culturais. Baseados nessas orientações, órgãos privados executam a certificação do FSC em operações florestais. O grande diferencial em relação a outros esquemas de certificação é um mecanismo de resolução de conflitos, o chamado “stakeholder process”, que tem por objetivo garantir a participação de todas as partes ativa ou passivamente envolvidas nas atividades florestais.

A idéia de implementar um esquema de certificação similar para a produção de bioenergia é também considerado bem-vindo por muitas ONGs. O GT-Energia do Fórum Brasileiro das Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais – FBOMS, por exemplo, divulgou uma cartilha sobre a bioenergia destacando que “... alguns critérios desenvolvidos pelo FSC podem ser adaptados ... para a produção de energia da biomassa de maneira a poder-se analisar a sustentabilidade desta forma de energia” (FBOMS GT-Energia, 2006, p.6).

Cabe lembrar que o FBOMS tem representação no FBMC. Além disso, as outras ONGs participando neste Fórum – Greenpeace, Amigos da Terra, Vitae Civilis, Instituto Socioambiental e o presidente da FBDS, um empresário do grupo Klabin – são vinculadas ao FSC-Brasil. Nessa constelação, pode-se verificar que a criação de um esquema de certificação para a bioenergia semelhante ao FSC faz parte da doxa do campo, na esperança de que essa iniciativa possa ajudar na resolução de conflitos em questões principais do campo. Entre elas, sem dúvida, destacam-se a questão da escala e da prática da produção da bioenergia, pois um grande número de ONGs declara

... Não se deve priorizar o agronegócio, cujas restrições, enquanto forma de produção, incluem a monocultura extensiva, o uso intensivo de agrotóxicos e de espécies geneticamente modificadas. (FBOMS GT-Energia, 2006, p.8)

A prática da certificação: conflitos entre o global e o local

Um exemplo para esclarecer o funcionamento do campo na prática é a certificação da empresa Plantar S.A., que produz carvão vegetal a

partir do eucalipto como combustível renovável para a siderurgia. A empresa foi uma das primeiras a procurar benefícios através do mercado de carbono no âmbito do Prototype Carbon Fund do Banco Mundial – um fundo que foi criado para financiar projetos pilotos a partir do Protocolo de Quioto, enquanto as diretrizes e procedimentos para o MDL não forem acordadas. Ao financiar projetos pilotos e adotar uma estratégia “learning by doing” (“aprender fazendo”), o Banco Mundial pretendeu acelerar o processo das negociações no nível das nações. O instituto já tem a certificação pelo FSC como condição para aprovação dos projetos envolvendo plantações.

Os problemas e as contradições em relação aos critérios de sustentabilidade empregados pelo Banco Mundial e a certificação já foram amplamente discutidos num trabalho anterior (Laschefski, 2005). Neste trabalho queremos retomar alguns aspectos em relação ao “stakeholder process” para esclarecer as relações de poder no nível local.

A questão da certificação de plantações ainda causa muita polêmica mesmo entre os membros do FSC internacional. Como surgiram muitos conflitos no entorno de empresas certificadas, a organização decidiu rever os critérios para as plantações⁹. Contudo, a posição do FSC-Brasil foi sempre claramente em favor da certificação das plantações. Isso porque, como já mencionado, a sua diretoria é influenciada por plantadores de eucalipto, sobretudo pela família empresarial Klabin, que também é representada no FBMC. A ligação do FSC-Brasil com as ONGs em Minas Gerais constituiu-se pela Amda – Associação Mineira de Defesa do Ambiente – e pela Fundação Biodiversitas. Ambas entidades mantêm vínculos com a Plantar S.A., através de parcerias em projetos e atividades conjuntas.

A Plantar S.A. foi certificada no ano 1999 pela Scientific Certification Systems, certificadora credenciada pelo FSC. No relatório da certificação pela SCS, a Amda aparece como a única ONG contactada no âmbito do processo *stakeholder* (SCS, 2001, p.6). Já no segundo relatório da re-certificação, de maio de 2003, foram mencionados 61 representantes

9 No dia 9 de setembro de 2004 foi iniciado um processo de revisão do Princípio 10, que trata da questão das plantações com encerramento previsto para 2006. Disponível em: <http://www.fsc.org/plantations/index.htm>

de várias entidades¹⁰. Porém, das 16 ONGs contactadas 12, são ligadas ao FSC-Brasil.¹¹ Em Minas Gerais, o certificador contactou novamente apenas a Amda e a Biodiversitas.

Somente uma entidade entrevistada, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Curvelo, criado em 2002, mantém contato direto com as comunidades na vizinhança das plantações da Plantar S.A. Nessa época – quatro anos após a empresa ter recebido o “selo verde” – a SCS organizou as primeiras audiências públicas em Curvelo, para esclarecer o processo da certificação. Durante esses eventos, foram levantados pela primeira vez os problemas relacionados aos impactos ecológicos das plantações e à falta de diálogo da empresa com as comunidades. Falou-se, primordialmente, dos impactos do eucalipto nas veredas e córregos e da aplicação de agrotóxicos, problemas percebidos pela população como uma ameaça à sua reprodução. Os relatos dos moradores foram confirmados num estudo da WRM e da Fase (2002). Em seguida, as duas entidades lançaram uma campanha internacional para retirar a certificação da Plantar S.A e reforçar a solicitação da reformulação da política do FSC em relação às plantações.

Surpreendentemente, em vez de investigar os problemas apontados pelos moradores, o “campo da certificação florestal” optou por uma estratégia de negação dos mesmos, alegando a falta de “provas científicas”. Em relação ao secamento dos córregos e o abaixamento do lençol freático, foram apresentadas pesquisas que mostram que o eucalipto consumiria até menos água do que as florestas nativas. Mas o fato é que essas comparações não se referem ao ecossistema do Cerrado, e sim à Mata Atlântica e à região Amazônica. Além disso, foram apresentadas comparações entre estatísticas sobre os impactos de monoculturas de eucalipto, café, cana-de-açúcar, arroz e feijão, ou pastagens, para sustentar a tese de que o eucalipto seria o cultivo que menos causa problemas ambientais, sem levar em consideração o contexto ecossistêmico dos casos concretos apresentados.

10 Entre eles, constam 16 representantes de ONGs, seis organizações sindicalistas, 4 Pesquisadores de Universidades, 15 representantes de instituições governamentais (IEF, IMA, Ibama, Emater, Polícia Florestal).

11 Entre eles, a SOS Mata Atlântica, o WWF, o próprio FSC, o Greenpeace, os Amigos da Terra e a Fase

Desta forma, o discurso dos pesquisadores caracterizou-se pela contestação às observações dos moradores, a partir de hipóteses gerais. Esse tipo de discurso é amplamente divulgado no “campo da certificação florestal brasileiro” como “verdade oficial” e pode ser considerado, nas palavras de Bourdieu, o arbitrário social incorporado na doxa do mesmo (Bourdieu, 1976, reproduzido em Ortiz, 1983, p.146).

No final, os moradores locais que denunciaram os problemas sentiram-se humilhados, porque não poderiam enfrentar “adequadamente” os questionamentos, por falta do “capital social” legitimado pelos integrantes do campo. Verifica-se, assim, que o “campo da certificação florestal” estabeleceu mecanismos sofisticados para defender-se contra “... posicionamentos ou demandas que se situem para além desses limites, ou que ponham em causa seus fundamentos dóxicos. [estes] vêm-se de antemão excluídos do jogo, ou, quando nele se apresentam, tendem a ser, sistematicamente, rechaçados” (Carneiro, 2005).

Pode-se concluir que a luta da população local não é apenas contra a degradação socioambiental do seu “ambiente”. É uma luta por visibilidade e por seus direitos, os quais são cada vez mais deturpados pelas novas políticas de participação. Os atores dominantes baseiam-se num discurso aparentemente “técnico-científico”, porém construído por abstrações de fatos isolados, que são generalizados e deslocalizados do seu contexto original, como é bem visível na discussão sobre o impacto do eucalipto na hidrologia do Cerrado. Assim, o discurso supostamente “técnico-científico” torna-se uma ferramenta para manter a hegemonia de opinião da ortodoxia naquelas situações em que ela é ameaçada pelo saber local, que se baseia nas experiências vividas.

Concepções divergentes da produção do espaço

Os conflitos no âmbito do projeto da Plantar S. A. não se restringem à questão do cumprimento dos critérios do FSC, mas revelam também diferenças fundamentais em relação à concepção e à produção do espaço entre os moradores locais e dos campos da certificação florestal e do Protocolo de Quioto. Enquanto a ortodoxia em ambos os campos, defende uma estratégia de adequação ambiental (Zhourri, et ali, 2005,

p.15) da produção do espaço urbano industrial, a heterodoxia focaliza um modo da produção do espaço alternativo baseado nas experiências das populações tradicionais. As diferenças são apresentadas a seguir.

A Concepção pragmática da produção sustentável do espaço

A concepção do espaço no sistema urbano-industrial pode ser caracterizada, além dos limites das cidades, como um mosaico de paisagens uniformes, cada uma destinada à produção de mercadorias específicas, tais como áreas destinadas a agroindústria, mineração e produção de energia (hidrelétricas). Os insumos técnicos (agroquímicas, máquinas, entre outros) permitem a produção, até um certo nível, sem a necessidade de considerar os ritmos e ciclos da regeneração da natureza. O resultado é a “monoculturação” ambiental e social do espaço, com efeitos não sustentáveis.

A ortodoxia não questiona os princípios dessa concepção do espaço. As monoculturas são consideradas necessárias para satisfazer a crescente demanda do “mercado global” ou, como no caso da bioenergia, para enfrentar uma ameaça das mudanças climáticas. Neste discurso, a sustentabilidade pode ser alcançada através da mitigação dos impactos ambientais (controle biológico de pragas, proteção da água, etc.) e sociais (respeito às leis trabalhistas, etc.). De modo geral, a produção capitalista do espaço não é questionada, com exceção de algumas áreas consideradas importantes para a proteção da natureza e da biodiversidade ou para a recuperação de áreas degradadas (corredores ecológicos, APPs, etc.).

A concepção reduzida do espaço reflete-se nas citadas comparações dos impactos ambientais das plantações com outros tipos de uso da terra, tais como plantios de milho, arroz e feijão, que causaram tanta indignação nos moradores locais que plantam tais produtos para o sustento das suas famílias. Dependente dos critérios aplicados, cada monocultura pode ser declarada “melhor” do que a outra. Contudo, tais comparações não levam em consideração a função social dos produtos, que atendem demandas e necessidades diferentes da população. Desta forma, essas pesquisas supostamente “científicas” são baseadas numa concepção abstrata de espaço, em que os usos do mesmo são livremente substituíveis.

Assim, pode-se afirmar a tese de Lefèbvre sobre a produção de espaços abstratos no capitalismo, particularmente quando consideramos o discurso sobre as oportunidades do desenvolvimento através da exportação da bioenergia para atender às demandas externas.

Acredita-se que o retorno econômico beneficiará também a população local, seja através da criação de empregos nas plantações e nas indústrias da bioenergia ou através da inclusão de pequenos produtores no setor por programas de fomento. O apoio aos pequenos produtores é essencial no âmbito do MDL, que tem condição de evitar a concentração de terras, aspecto reconhecido que contraria o desenvolvimento sustentável.

Contudo, mesmo que consideremos que os programas são bem-sucedidos na transformação da população rural em atores ativos na economia monetária, precisamos lembrar a questão da percepção ilusória do mercado como fornecedor de todos os bens necessários e desejados. Teoricamente, os cultivos substituídos pela produção da biomassa podem ser obtidos no “mercado”, ou seja, no espaço abstrato do capitalismo. Porém, como lembrou o jornalista inglês George Monbiot (2004), o espaço concreto é limitado. Para satisfazer o consumo dos veículos na Inglaterra seria necessária uma área 4,5 vezes maior do que a atual área cultivável daquele país. Conseqüentemente, para atender a todas as demandas por energia, seriam intensificados os conflitos no espaço vivido, com a conseqüência de sermos forçados a decidir entre alimentarmos os carros ou as pessoas.

A Concepção alternativa da produção sustentável do espaço

As populações ditas tradicionais, sobretudo os povos indígenas, ocupam um papel importante na discussão sobre o desenvolvimento sustentável. Isso se reflete também no fato de que a maioria dos catálogos de indicadores para a sustentabilidade, inclusive os princípios do FSC, solicitam o respeito aos seus direitos formais e informais, e de seus territórios.

Os modos de vida de tais grupos são considerados mais sustentáveis do que os da sociedade moderna, pois o uso da terra é adaptado aos rit-

mos naturais, que permitem a regeneração permanente e dos produtos tirados dos ecossistemas, como, por exemplo, através dos sistemas de rotação ou do extrativismo de ecossistemas naturais. O cuidado com a capacidade de reprodução da natureza é necessário para garantir a sobrevivência das futuras gerações. Muitas famílias nas zonas rurais ainda mantêm tais princípios, embora a maioria não viva apenas da subsistência. Dependente da inserção no mercado, a sustentabilidade desses sistemas não pode ser mantida, por exemplo, quando as famílias fazem carvão vegetal a partir da vegetação natural, problema freqüente na região em que está situado o projeto da Plantar S.A.

Esse fato é importante porque os conflitos em torno da certificação surgiram justamente na época em que foram negociadas as concessões para as plantações de eucalipto em terras devolutas, as quais foram, na década de 1970, arrendadas pelo Estado para as empresas. Várias entidades e movimentos sociais na região perceberam essa situação como oportunidade inédita para a re-apropriação social dessas áreas pelos pequenos produtores. Nesse contexto, destaca-se um projeto detalhado para o desenvolvimento alternativo elaborado pelo STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Rio Pardo de Minas (2004), que prevê a reconversão agroextrativista dessas áreas. A proposta abrange o reassentamento de famílias rurais, o manejo do cerrado e a recuperação da vegetação nativa. O STR de Rio Pardo de Minas (2004) calculou que no Norte de Minas Gerais a área necessária para a reprodução de uma família rural seria de 100 hectares (20ha de reserva natural, 40ha para o extrativismo e 40ha para a agricultura). Dada a média de pelo menos três ou quatro pessoas por família, a relação hectare/trabalhador estaria entre 25 e 33 por 1. Nos casos de empresas como a Plantar Florestal S.A., a relação área ocupada por trabalhador seria de 100 a 150 hectares nas atividades florestais e no carvoejamento (Laschefski, 2005, p. 271). Além disso, as áreas trabalhadas de forma diversificada, com métodos agroextrativistas, representam benefícios adicionais do ponto de vista ecológico¹².

12 Segundo Dayrell (2000, p.261), a população local no Cerrado utilizou até 78 espécies de plantas nativas manejadas, tais como pequi, coquinho azedo, panan, maracujá, cajuzinho e coco catolé, que servem para produzir frutas, geléias, licores, óleo vegetal, sabão e madeira e carvão vegetal para a comercialização.

Embora esse conceito de desenvolvimento alternativo não exclua a produção para o mercado, a proposta promove a produção de contra-espacos enfrentando o sistema capitalista em três sentidos: a) uma parte dos terrenos deve ser dedicada à reserva natural, uma exigência da legislação; b) o segundo aspecto refere-se às áreas cultivadas num sistema de produção não capitalista dedicada à segurança alimentar das famílias; c) e finalmente, a produção para o mercado tampouco segue os princípios do capitalismo, pois a produção não deve ultrapassar a capacidade de reprodução natural dos produtos e, assim, não é possível a acumulação do lucro através da exploração máxima dos recursos naturais.

A relevância da proposta para o desenvolvimento alternativo apresenta-se pelo fato de que entidades como o STR e o Centro da Agricultura Alternativa – CAA, através do WRM e da Fase, também foram envolvidas na discussão da reformulação dos critérios para as plantações do FSC. Este e outros exemplos similares constituem a base das demandas por redirecionamento da certificação pela heterodoxia do campo, tendo em vista fortalecimento de iniciativas que pretendem apoiar aqueles que são ameaçados pelo avanço da produção urbano-industrial do espaço. Contudo, observando as atuais relações de poder, é pouco provável uma mudança profunda nas estratégias do FSC ou no âmbito do Protocolo de Quioto. O que se pode esperar é que, seguindo a doxa da conciliação dos interesses, a certificação de projetos como os do CAA possa ser facilitada.

Quando pensamos as conseqüências da ampliação das propostas alternativas como modelo do desenvolvimento sustentável para a sociedade moderna como um todo, surgem dúvidas em relação a sua realização. Seria necessário, além da completa reestruturação da organização espacial da sociedade urbano-industrial, mudanças profundas na cultura, nas relações sociais e, finalmente, na distribuição do poder.

Conclusão

Neste trabalho foram analisadas as relações de poder no campo da política do Protocolo de Quioto, com base nas abordagens teóricas de Lefèbvre & Bourdieu. O campo institucionalizou a doxa de que a produção de biomassa é uma medida viável para mitigar impactos causados

pelas emissões industriais. Além disso, foi aceita, no nível internacional, a condição de que projetos beneficiados pelos créditos de carbono devem promover o “desenvolvimento sustentável” no local. Contudo, na falta de uma metodologia sistemática para avaliar a sua sustentabilidade, os projetos propostos configuram um potencial de conflitos no âmbito do mercado de carbono. Porém, espera-se que a certificação da bioenergia com estrutura participativa semelhante à do Forest Stewardship Council, seria apropriada para enfrentar tais problemas.

O exemplo da certificação da Plantar S.A. mostra que, ao contrário do esperado, o processo de participação no âmbito da certificação pelo FSC acaba sendo altamente hierarquizado. Moradores locais são confrontados por um “campo” dominante, composto por ONGs, empresas e instituições governamentais. Em defesa dos seus interesses políticos e econômicos, esses atores utilizam um discurso aparentemente técnico-científico para deslegitimar as experiências vividas pela população local. Dessa forma, as novas políticas internacionais correm o risco de estimular a expansão de setores, ainda caracterizados por monoculturas ecologicamente não-sustentáveis e pela alta concentração na posse da terra, em detrimento da agricultura familiar. Assim, agrava-se a competição entre concepções opostas de produção do espaço: por um lado, as da sociedade urbano-industrial, que resultam num mosaico de territórios explorados de forma “monoculturrizada” e, por outro lado, sistemas tradicionais que visam o uso diversificado da terra, adaptado aos potenciais de regeneração da natureza.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais.

In: _____. (Org.) *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume, 2004. p.7-12.

BEST, G. & ROSE, S. *How does bioenergy contribute to sustainability? Key elements to assess sustainability of bioenergy projects*. Apresentação no Workshop and business forum on Sustainable biomass production for the world market, IEA – International Energy Agency e Unicamp, Campinas, 30/11 - 3/12, 2005.

- Disponível em: <http://www.fairbiotrade.org>.
- BOURDIEU, P. Le couturier et sa griffe. Contribution à une théorie de la magie. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1, p.7-36, jan. 1975.
- _____. Le champ scientifique. In: *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, n. 2/3, jun. 1976. Reproduzido em: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. p.122-56.
- BRAUNMÜHL, C. v. & WINTERFELD, U. v. Sustainable Governance - Reclaiming the Political Sphere. Reflections on Sustainability, Globalisation and Democracy. *Wuppertal Papers* 135e, 2005, Disponível em: <http://www.wupperinst.org/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2006.
- BRYANT, R. L. & BAILEY, S. *Third World political ecology*. London, New York: Routledge, 1997.
- CARNEIRO, E. J. A oligarquização da “política ambiental” mineira. In: ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. & BARROS, D. P. (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.65-88.
- DAYRELL, C. Os Gerazeiros descem a serra: ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios do Agrobusiness. In: LUZ, C., DAYRELL, C. (Orgs.) *Cerrado e desenvolvimento – Tradição e Atualidade*. Montes Claros: CAA-NM/Rede Cerrado, 2000. p.189-272.
- ELDEN, S. Es gibt eine Politik des Raumes weil Raum politisch ist. Henri Lefêbvre und die Produktion des Raumes. In: *AN-Architektur*, I, 01, p.27-35, 2002.
- FBOMS-GT-Energia. *Critérios e Indicadores de Sustentabilidade para Bioenergia*, fev. 2006. Disponível em: <http://www.fboms.org.br>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2006.
- HIRSCH, T., SCHNEIDER, V., LASCHEFSKI, K. & RIBEIRO, B. *Economic, social and ecological impacts on Brazil of accelerated liberalisation of the European sugar market*. Heidelberg: FIAN, 2006. Disponível em: <http://www.fian-sverige.org/docs/impactsbrasugar.doc>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2006.
- HUQ, S. Applying Sustainable Development Criteria to CDM Projects: PCF Experience. *PCFplus Report 10*. Washington DC: World Bank, 2002.
- KEIL, R. & BRENNER, N. Globalisierung, Stadt und Politik. In: SCHARENBERG, A., SCHMIDTKE, O. (Eds.) *Das Ende der Politik?*

- Globalisierung und der Strukturwandel des Politischen*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2003.
- LASCHEFSKI, K. & BARROS, D. P. O comercio de carbono, as plantações de eucalipto e a sustentabilidade de políticas públicas – uma análise geográfica. In: ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K., BARROS, D. P. (Orgs.) *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- LEFÈBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1991.
- _____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MAGNUSSSEN, W. Globalization, Movements, and the Decentered State. In: CAROLL, W. (Ed.) *Organizing Dissent*. Toronto: Garamond Press, 1997.
- MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia. Protocolo de Quioto. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/clima/quioto/pdf/Protocolo.PDF>>. Acesso em: 5 maio 2004.
- MONBIOT, G. Feed cars, not people – The adoption of biofuels would be a humanitarian and environmental disaster. In: *The Guardian*, 22 nov. 2004.
- ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.
- SCS SCIENTIFIC CERTIFICATION SYSTEMS. *Public Summary Report: Plantar S.A.* Emeryville, 2001. Disponível em: <<http://www.scs-certified.com>>. Acesso em 15 oct. 2004.
- _____. *Avaliação de re-certificação do manejo florestal das plantações florestais da Plantar S.A. na região de Curvelo no estado de Minas Gerais, Brasil*. Emeryville, 2004. Disponível em: <<http://www.scs-certified.com>>. Acesso em 15 oct. 2004.
- STR – RIO PARDO DE MINAS. *Reconversão agroextrativista: da monocultura do eucalipto para sistemas agrosilvopastoris* – Proposta em discussão das comunidades dos Gerais de Rio Pardo de Minas aos poderes públicos municipal, estadual e federal. (mimeo).
- TOKAR, B. Green Tide – Climate Talks in Montreal. Can we save the planet? In: *Z Magazine Online*, v.19, n.2, Febr. 2006. Disponível em: <http://zmagsite.zmag.org/Feb2006/tokarpr0206.html>, Acesso em, 25 de fevereiro de 2006.
- UNFCCC. Guidance to the parties – Updating of the UNFCCC roster of

experts, 2006. Disponível em: <http://ghg.unfccc.int/roster/guidance.pdf>, Acesso em: 20 de fevereiro 2006

WRM, FASE (Eds.). *Relatório de Avaliação da V&M Florestal Ltda. e da Plantar S.A. Reflorestamentos ambas certificadas pelo FSC – Forest Stewardship Council*. Montevideo, 2002. Disponível em: www.wrm.org.uy/countries/Brazil/fsc.doc. Acesso em: 04 mar. 2004.

ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. & BARROS, D. P. Introdução: Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: _____. (Orgs.) *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.